

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

CARLOS EDUARDO
FERREIRA
TAVARES:04796962174

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO FERREIRA
TAVARES:04796962174
Dados: 2026.03.31 15:06:07 -03'00'

CARLOS EDUARDO FERREIRA TAVARES
Diretor Financeiro e de Contabilidade

LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:88279820868

Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.03.31 15:09:31
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6



ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(CNPJ: 49.947.715/0001-45)

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

	Páginas
Relatório da Administração	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5 a 7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado do Exercício	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13 a 21

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** relativa ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 06 de fevereiro de 2023, conforme Ofício 2695/2023-BCB/Deorf/GTBHO e Ofício 3031/2023-BCB/Deorf/GTBHO, de 08/02/2023, publicado no DOU, edição 26, seção 3, página 122 e edição 28, seção 3, página 119, respectivamente e iniciou suas atividades em março de 2023.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Sócios e Administradores da
ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que menciona que essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, à qual permite a dispensa, para as demonstrações referentes ao exercício de 2025, de elaboração de informações comparativas relativas a exercícios anteriores, conforme estabelecem a Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN e a Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil - BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de março de 2026.

CRC/DF 002803/O-1

Nestor Ferreira Campos Filho
CRC/DF 013421/O-9
CNAI 1727

QUADRO 1

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025.

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	Nota	31/12/2025
CIRCULANTE		
Disponibilidades		58
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	58
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	5	3.769
Livres - Carteira Própria		3.769
Certificado de Depósito Bancário		2.578
Cotas de Fundos de Investimentos		1.191
Operações de Crédito	6	2.022
Setor Privado		3.731
(-) Provisão para Riscos de Crédito		(1.709)
Outros Créditos		326
Impostos e Contribuições a Compensar		326
Total do Ativo Circulante		6.175
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		6.781
Operações de crédito	6	6.564
Setor privado		7.983
(-) Provisão para Riscos de Crédito		(1.419)
Ativo Fiscal Diferido		217
Imobilizado, Líquido		15
Total do Ativo não Circulante		6.796
TOTAL DO ATIVO		12.971
PASSIVO		31/12/2025
CIRCULANTE		
Outras Obrigações		
Cobrança e Arrecadação de Tributos		23
Obrigações Sociais e Estatutárias		739
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		363
Diversas		51
Total do Passivo Circulante		1.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	
Capital Social		7.000
Reservas de Lucros		4.795
Total do Patrimônio Líquido		11.795
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.971

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e segundo semestre de 2025.

(Valores em R\$ mil)

	Nota	30/06/2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9c	5.562	10.447
Operações de Crédito		5.323	10.079
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		239	368
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(956)	(1.945)
(-) Provisão para Riscos de Crédito		(956)	(1.945)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.606	8.502
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.659)	(2.858)
Outras Despesas Administrativas	9a	(908)	(1.789)
Despesas Tributárias	9b	(202)	(383)
Outras Despesas Operacionais		(549)	(686)
RESULTADO OPERACIONAL		2.947	5.644
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		2.947	5.644
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(649)	(1.198)
Imposto de Renda		(560)	(961)
Contribuição Social		(89)	(237)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	8	2.298	4.446
Quantidade de Ações ON Integralizadas		5.600.000	5.600.000
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,41041	0,79396

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e segundo semestre de 2025.

(Valores em R\$ mil)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros		
Saldos em 30 de junho de 2025	5.600	1.400	138	652	1.907	9.697
Aumento de Capital	1.400	(1.400)	-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	2.298	2.298
Destinações:						
Reserva de Lucros	-	-	210	3.795	(4.005)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(200)	(200)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.000	-	348	4.447	-	11.795
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.600	-	138	2.052	-	7.790
Aumento de Capital	1.400	-	-	(1.400)	-	-
Ajustes da Resolução CMN 4966	-	-	-	-	(458)	(458)
Ajustes artigo 6º da Lei 14.467/2022	-	-	-	-	217	217
Lucro/(prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	4.446	4.446
Destinações:						
Reserva de Lucros	-	-	210	3.795	(4.005)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-	-	-	(200)	(200)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.000	-	348	4.447	-	11.795

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e segundo semestre de 2025.

(Valores em R\$ mil)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	2.298	4.446
(+) Provisão para Riscos de Crédito	956	1.945
(+) Amortizações e Depreciações	2	4
(+) Ajustes artigo 6º - Lei 14.467/2022	-	217
Lucro Líquido Ajustado	3.256	6.612
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	(2.132)	(4.166)
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(1.218)	(2.281)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(33)	(442)
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arrecadação de Tributos	18	18
Aumento/(Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	-	(65)
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	45	329
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	43
	(3.306)	(6.564)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(50)	48
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	(50)	48
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	108	10
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	58	58
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(50)	48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 5

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2025 e segundo semestre de 2025.

(Valores em R\$ mil)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado Líquido do Período	2.298	4.446
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:		
(-) Ajustes da Resolução CMN 4966	-	(458)
(+) Ajustes da Lei 14,467/2022 - artigo 6º	-	217
Resultado Abrangente do Período	2.298	4.205

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A **ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("**Companhia**"), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Águas Lindas de Goiás, estado de Goiás, no Brasil. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 06 de fevereiro de 2023, conforme Ofício 2695/2023-BCB/Deorf/GTBHO e Ofício 3031/2023-BCB/Deorf/GTBHO, de 08/02/2023, publicado no DOU, edição 26, seção 3, página 122 e edição 28, seção 3, página 119, respectivamente e iniciou suas atividades em março de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 30 de janeiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme artigo 79, da Resolução 4966/2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

curto prazo, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

3.4. Operações de crédito e provisão para riscos de crédito

Operações de crédito e provisão para riscos de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, até 31/12/2024 e pela Resolução CMN nº 4966/21, a partir de 01/01/2025.

3.5. Outras imobilizações de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 2025.

3.6. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.7. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a **Companhia** tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.10. Tributos

a) Tributos sobre as receitas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

b) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.11. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada exercício e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.12. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.13. Resolução CMN 4966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção.

ZM SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(CNPJ: 49.947.715/0001-45)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Provisão para riscos de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999 e 4966/21.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	dez/25
Depósitos Bancários	58

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVADOS

Descrição	Categoria	dez/25
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados		
Livres		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Negociáveis competitivos	2.578
Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	1.191
		<u>3.769</u>

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

- a) Composição por tipo de operação de crédito, tipo de cliente e tipo de atividade econômica:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	EXERCÍCIO/2025		
	CARTEIRA	RISCO	LÍQUIDO
Capital de Giro	8	(4)	4
Crédito Pessoal	10.818	(2.887)	7.931
Empréstimos com Garantia de Imóveis	888	(237)	651
TOTAL	11.714	(3.128)	8.586
Circulante	3.731	(1.709)	2.022
Não Circulante	7.983	(1.419)	6.564
TOTAL	11.714	(3.128)	8.586

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	A Vencer						Total
	Vencido	Até 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de crédito	2.142	90	181	216	1.102	7.983	11.714
Provisão	(1.476)	(12)	(21)	(24)	(176)	(1.419)	(3.128)
Carteira Líquida	666	78	160	192	926	6.564	8.586

c) Movimento da provisão para crédito e liquidação duvidosa:

Provisão	31/12/2025
Saldo inicial	(759)
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/2021	(458)
Constituições/Reversões	(1.911)
Saldo Final	(3.128)

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da **Companhia** é de 5.600.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

8. Imposto de renda e contribuição social e Ativos Diferidos

a) Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social:

Descrição	EXERCÍCIO DE 2025				
	1ºTRIM	2ºTRIM	3ºTRIM	4ºTRIM	TOTAL
Operações de Crédito	2.318	2.438	2.599	2.724	10.079
Rendas de Prestação de Serviços	0	0	0	0	0
Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0	0
TOTAL BASE DE CÁLCULO - 32%	2.318	2.438	2.599	2.724	10.079
LUCRO PRESUMIDO DA ATIVIDADE	742	780	832	872	3.226
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários - 100%	47	82	116	123	368
Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0	0
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	789	862	948	995	3.594
IMPOSTO DE RENDA À ALÍQUOTA DE 15%	118	129	142	149	538
IMPOSTO DE RENDA À ALÍQUOTA DE 10% ADICIONAL	73	80	89	93	335
TOTAL IMPOSTO DE RENDA	191	209	231	242	873
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL À ALÍQUOTA DE 9%	71	78	85	90	324

Em conformidade com o artigo 6º, da Lei 14.467, foi constituído o crédito tributário de R\$ 160 mil de IRPJ e R\$ 57 mil de CSLL.

9. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas administrativas:

Outras Despesas Administrativas	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Despesas de processamento de dados	0	2
Despesas de serviços do sistema financeiro	41	71
Despesas de serviços de terceiros	688	1.227
Outras despesas administrativas	177	485
Despesas de depreciações	2	4
	908	1.789

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas tributárias:

Despesas tributárias	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Despesas tributárias	8	15
PIS	34	66
Cofins	160	302
	<u>202</u>	<u>383</u>

c) Rendas de operações de crédito:

Rendas de Operações de Crédito	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Rendas de empréstimos	5.091	9.659
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	232	419
	<u>5.323</u>	<u>10.078</u>

10. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e segundo semestre de 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

CARLOS EDUARDO
FERREIRA
TAVARES:04796962174

Assinado de forma digital por
CARLOS EDUARDO FERREIRA
TAVARES:04796962174
Dados: 2026.03.31 15:06:43 -03'00'

CARLOS EDUARDO FERREIRA TAVARES
Diretor Financeiro e de Contabilidade

LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:88279820868

Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.03.31 15:15:31 -03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6